

/A EXPLORAÇÃO AURÍFERA NA BAHIA OITOCENTISTA: DECADÊNCIA, DESGASTE AMBIENTAL E DESORDEM SOCIAL

Nanci Patrícia Lima Sanches

patesanches@yahoo.com.br

Secretaria de Educação do Estado da Bahia

Andreia Lima Sanches

alsanches@yahoo.com

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

INTRODUÇÃO

Apesar de ter surgido no século XVI, a mineração do ouro no Brasil tem o seu apogeu no século XVIII, intensificando a vida urbana da Colônia. No final do século XVIII a mineração de ouro entra em decadência devido à paralisação das descobertas de novas jazidas. O minério era extraído facilmente por ser de aluvião, o que, devido à constância da exploração, levou ao esgotamento rápido das jazidas. Como consequência desta decadência temos uma desordem social, já que existiam diversas atividades subsidiárias ao ouro, condição esta que promoveu também o aumento da criminalidade nas vilas. Jacobina e Rio de Contas foram vilas fundadas através deste eixo econômico. Este estudo tem como foco central a Vila de Rio de Contas.

A composição do perfil da exploração do ouro na Bahia oitocentista a partir da utilização das técnicas de extração aurífera, técnicas estas que foram responsáveis por um nível considerável de degradação ambiental nestas áreas tem como perspectiva traçar um panorama (um estudo) histórico e geológico da exploração do ouro no século XIX na Bahia.

No século XIX, segundo dados apontados pela SGM - Superintendência de Geologia de Recursos Minerais, (atual SICM), os motivos que levaram ao declínio da atividade mineradora no Brasil são: diminuição dos depósitos aluvionares, as dificuldades em se ter acesso a técnicas mais avançadas e o início das corridas à exploração de ouro na África do Sul. Para tentar solucionar estas dificuldades, inicia-se a produção empresarial de ouro, através da implantação de várias empresas inglesas que, a partir de aproximadamente 1824, se encarregaram da extração de ouro na Bahia e no Brasil. Essa estrutura de exploração além de não ter possibilitado a recuperação dos patamares produtivos obtidos no século anterior, abriu ainda espaço para formas de exploração que elevaram os níveis de degradação ambiental, principalmente a poluição de rios por mercúrio (Hg), além de promover sérios impactos sócio-econômicos, já que houve uma concentração de renda muito grande. O garimpo passa a ser então uma técnica marginalizada pelo governo imperial, muito pela falta de controle da exploração aurífera nestas áreas menores. O *almocafre* e a *bateia*, instrumentos utilizados em larga escala no século XVIII, ainda no século XIX serão os mais utilizados nas áreas de mineração de fiação. O estudo destas formas de

exploração nos permitirá traçar um panorama mais fiel da agressão ambiental e de como essas mudanças interferiram na condição decadente das vilas baianas que foram fundadas através desta atividade econômica, e que no século XIX foram marcadas pelo avanço de um descontrole social caracterizado pelos crimes particulares e policiais, estabelecidos pelo Código Criminal de 1930, criado para conter a desordem e garantir a continuidade pacífica do Império.

A criminalidade

O crime está presente em todos os momentos da história. No cotidiano do Brasil e independentemente dos motivos da sua existência, o crime nunca esteve tão assiduamente no dia-a-dia de uma sociedade como foi o caso das áreas mineradoras, porque elas se constituíram de forma desordenada. Uma sociedade baseada numa economia de mineração seja nas Gerais; no centro do Brasil ou no Alto Sertão da Bahia; mais especificamente na Vila das Minas do Rio das Contas, quando seus *veios* econômicos se esgotam, enfrentando um processo de desestruturação social em detrimento da econômica.

Toda essa realidade social que se reproduz mediante a decadência do ouro, gerou um quadro social marcado pelo crime que vai caracterizar a realidade econômica de várias vilas, inserido no Império brasileiro, marcado na década de 40 do século XIX, por necessidades que convergiam para a composição de uma sociedade brasileira, o que vai caracterizar o caráter nacionalista do Segundo Reinado Brasileiro.

Segundo Gurfield¹ (1983):

(...) a mineração é um empreendimento instável, em grande parte anárquico. À diferença da cana-de-açúcar, cujo crescimento seguiu uma evolução natural, o ouro e os diamantes surgiram de repente no horizonte, numa série de convulsões inesperadas para tornar-se, dentro de uns poucos anos, indústrias plenamente desenvolvidas.

A análise social de MELLO e SOUZA² por trazer também referências importantes sobre a organização da sociedade mineradora, nos oferece uma análise social mais profunda buscando as origens da desclassificação social no século XVIII e, também tem como sustentação para essa discussão, algumas referências do início do século XIX tomando como ponto de partida a narrativa dos viajantes. Estes traçam um perfil trágico dos homens miseráveis que permeavam as sociedades que nasceram da mineração, com a sua agricultura esporádica e miúda, que não impediam a fome de chagar constantemente ao seu cotidiano.

¹ GURFIELD, M. *Estrutura das Classes e Poder Político no Brasil Colonial*. Universidade Federal da Paraíba, 1983, p. 75

² MELLO e Souza, Laura de. *Os Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, p.71.

Somando-se aos aventureiros do ouro e aos desclassificados que Portugal despejava nas Minas, toda uma camada de gente decaída e triturada pela engrenagem econômica da colônia ficava aparentemente sem razão de ser, vagando pelos arraiais, pedindo esmola e comida, brigando pelas estradas e pelas serranias, amanhecendo morta embaixo das pontes ou no fundo dos córregos mineiros. Muitos morriam de fome e de doença, mestiços deraçados que, não bastasse a desclassificação social e econômica, traziam estigmatizada na pele a desclassificação racial.

Voltando à análise econômica de Gurfield, percebemos que, inerente à sociedade mineradora, seja ela qual for e esteja onde estiver, está presente a desigualdade que aliada a falta de perspectivas o que vem desencadear a formação de uma vida social permeada pelo crime. Ainda segundo Gurfield¹:

[...] o fato é que não pode haver dúvida quanto à natureza predatória da vida social ao redor das minas brasileiras: destituídas de uma base duradoura, racionalmente organizada, a estrutura das classes era uma teia frouxa, tecida de relações estratificadas, em que o individualismo rude, privado dos seus elementos positivos, reinava virtualmente supremo. Em nome do lucro, uma região fronteira, outrora desabitada, transformou-se, quase que da noite para o dia, num mar de anarquia.

ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DAS VILAS DE RIO DE CONTAS E JACOBINA

Rio de Contas situa-se na parte meridional da Chapada Diamantina, numa altitude de 1050 metros e de topografia montanhosa. Vila fundada a partir da exploração do ouro, cuja autorização para sua fundação data do ano de 1723 e a sua casa de Cadeia e Câmara foi erigida em 1724 e aprovada em 1725.

Sabe-se que em fins do século XVII, grupos de negros, foragidos ou mucambados se estabeleceram no local, onde hoje está a cidade de Rio de Contas surgindo assim, naquele período, o Arraial dos Creoulos. Em 1690 estiveram no arraial o sertanista, Capitão-Mor Manoel Oliveira Porto, o Cônego Domingos Vieira Lima e o Pe. Antônio Gonçalves Filgueiras, Vigário do Santo Antônio da Jacobina e Francisco Ramos que se destinavam ao Sincorá e subiram o Rio Brumado julgando tratar-se do Rio de Contas acabando por encontrar a povoação que se tornou ponto de pouso e descanso obrigatório para os viajantes do norte de Minas Gerais e Goiás.

Após algumas passagens destes em direção ao centro-oeste do Brasil, descobriram veios e cascalhos auríferos, não somente no leito do Rio de Contas Pequeno (Brumado) como também nos seus afluentes e serras circunvizinhas. Este fato fez atrair grande número de garimpeiros, predominando bandeiras paulistas e mineiros. Alguns anos mais tarde, em 20 de Outubro de 1722, quando já vários povoados haviam sido criados pelo interior da Bahia, o Vice-Rei D. Vasco Fernandes César de Menezes, escreveu uma carta ao Rei de Portugal, D. João V, na qual se fazia ver a necessidade de serem criadas duas vilas no interior da Bahia, tendo o Conselho

Ultramarino resolvido criar as vilas de Santo Antônio de Jacobina e de Nossa Senhora do Livramento das Minas de Rio de Contas, situada esta última onde hoje está a cidade de Livramento de Nossa Senhora. Contando com a autorização dada pela carta régia de 27 de Novembro de 1723, D. Vasco Fernandes encarregou o Cel. Pedro Barbosa Leal de erijir a vila, o que foi feito pelo mesmo em 1724. Sua criação foi aprovada pela Provisão Real datada de 09 de Fevereiro de 1725. Sabe-se que pela provisão Régia de 02 de Outubro de 1745, foi autorizada a mudança da vila para o Povoado dos Creoulos, primitivo povoado da região, situada a 12 Km acima, no planalto da serra onde atualmente se encontra cidade de Rio de Contas. Em 1726 são criadas as casas de fundição em Jacobina e Rio de Contas, como prevê a legislação para o garimpo estabelecida pela Coroa Portuguesa. A vila de Jacobina localizada ao leste da Bahia inicia sua exploração aurífera em 1701, marco do início da exploração de ouro na Bahia. A serra de Jacobina, já no século XIX, dá início à sua fase empresarial que vai 1889 a 1896, nesse período veremos uma significativa produção de ouro sob o controle da Companhia de Minas de Jacobina, sendo que em 1896 já inicia-se o processo de decadência total desta empresa devido à escassez do ouro na região, e em 1897 a Companhia é fechada. É importante ressaltar que a produção aurífera na Bahia hoje é muito pequena, e está em torno de 400 Kg/ano caracterizada pelo emprego de métodos e equipamento ainda muito rudimentares, a população é sazonal e muito reduzida, o minério lavrado associa-se geralmente a coluviões, aluviões, lateritas e veios de quartzo, onde a lavra em geral está a céu aberto³. Jacobina e Rio de Contas podem ser consideradas como áreas de persistência produtiva, talvez porque as expectativas se concentrem na possibilidade da exploração ter-se realizado apenas superficialmente. Geralmente a comercialização do ouro é feita pelos garimpeiros em dia de feira livre ou intermediários locais que repassam para compradores em Salvador.

O século XIX foi marcado por uma realidade social que se configura na Vila a partir aproximadamente da década de 40 (século XIX), realidade esta permeada não só pelo crime como também pela ausência de oportunidades para transformar uma condição social decadente. Isso demonstra uma incapacidade de se reverter um quadro que não só pertencia às vilas de Rio de Contas e Jacobina como também é parte do quadro econômico do nordeste marginalizado e excluído pela política econômica do império, como escreveu Eduardo Silva:

"Estas eram as condições reinantes, por todo o Centro-Oeste baiano (...). Além de alguns pequenos núcleos dedicados à mineração do ouro, como a vila do Rio de Contas e a comarca de Jacobina haviam outros construídos em áreas planas onde existiam fazendas muito pobres em áreas secas, geralmente em torno" de umas poças ou péssimas cisternas. O quadro social era de uma população flutuante e perigosa de homens de aluguel, que vagavam

³ NETO, Oséas Ponte. *Panorama do Ouro na Bahia*. Salvador, SGM, 1998, (p 34 a 45).

por aqueles sertões para fazer o trabalho sujo dos coronéis”⁴

Segundo Silva (1997), a situação social da região revelava-se no período de extrema periculosidade, apontando mais uma vez para o crime como fruto da crise econômica, que atinge a vila das Minas do Rio das Contas e boa parte da província baiana.

O que se estabeleceu no século XIX em termos de sociedade, é que, por motivos próprios, escravos e uma população livre, incluindo os latifundiários, buscavam, principalmente nas áreas de mineração decadentes, meios para sua sobrevivência; em relação aos latifundiários a questão da sobrevivência está associada à manutenção de um status social, tudo seguia a esta ordem.

A criminalidade no século XIX também estava sendo gerada pelos conflitos entre brancos e negros, onde a convivência se estabelecia através da resistência e das negociações entre os diversos grupos sociais⁵. Isso é observado em documentos da província da Bahia e foi constatado através dos documentos por mim transcritos no arquivo municipal de Rio de Contas, que tudo ocorria sob os olhares cotidianos. Isso é possível de ser relacionado com os autos encontrado neste mesmo arquivo. Os escravos estabeleciam acordos e defendiam-se aproveitando a crise do Império para negociar, sinal de que não estavam tão alienados como a antiga historiografia sinalizou.

Os conflitos e revoltas populares juntamente com as guerras de independência, tanto de ordem federalista quanto militar, acabam por enfraquecer o poder político das classes senhoriais da Bahia⁶. Isso vai nos levar ao aumento do número de alforrias concedidas pelos senhores como uma maneira de diminuir os seus custos na manutenção das suas propriedades. Há também registros que apontam para a concessão de alforrias que foram negociadas pelo escravo com o seu senhor. Os meios eram muitos, mas o crime surge aí como elemento negociador, segundo REIS⁷:

A questão da criminalidade, parte integrante da multifacetada resistência escrava, tem mostrado uma face nova... entre 1684 e 1850. Mattoso e Schwartz revelam que cerca de metade dos libertos obtiveram a alforria pela compra [...]

A compra da alforria entra nesse espaço social, como um recurso que vem da capacidade

⁴ SILVA, E. *Dom Obá D'África, o Príncipe do Povo: Vida, Tempo e Pensamento de um Homem Livre de Cor*. Companhia das Letras, 1997, p. 29 e 30.

⁵ REIS, João J. e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Para os autores “Além das fugas e insurreições, a liberdade podia ser obtida, ainda, através da criatividade, da inteligência e do azar. Alguns procuram aproveitar conjunturas favoráveis, como Bento, o escravo do tenente-coronel Fernando Martins França, que solicitou à Tesouraria Provincial do Paraná empréstimo de quantia necessária à sua alforria comprometendo-se em troca, a trabalhar como servente pelo tempo necessário. (p.17)”.

⁶ HENRIQUE, Luis. *A Independência do Brasil na Bahia*

⁷ REIS, José João e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito, a resistência negra no Brasil escravista*. Companhia das Letras, ed. Swartz Ltda. São Paulo, 1999. 1ª edição, p. 127.

de negociar dos negros. Nas áreas de mineração decadente a negociação era muito mais difícil, em função da falta de perspectiva econômica até para os proprietários de terra, o que facilitava o crime como ponto negociador. No sumário de culpa de 26 de Dezembro de 1881⁸, está o processo que acusa o réu Sebastião, escravo de D. Anna de Novaes, por tentativa de estupro, agressão física e roubo de cobertor e ferro de engomar a esposa de Arcenio José Ramos:

Diz Arcenio José dos Ramos, morador nesta Villa que tendo sido offendido em sua honra por Sebastião, creoulo, escravo de Aninha, mulher do finado Romão, por ter mencionado escravo Sebeastião as quatro horas da madrugada do hoje, aproveitando-se da auzencia do Supplicante que havia sahido para fazer parte da musica de alvorada da Festa de hoje em louvor de N. S. da Conceição, arrombou a porta da sua casa, e, penetrando ate o leito, onde tranquillamente dormia a espôsa do Supplicante, o ousado escravo prende-a em seus braços e tenta fortemente, usando de violências escercer e saciar seus desejos libidinosos, em cujo acto, acordando a indefesa victima, resistio a cêder aos desejos de seo aggressôr gritando em altas vozes por socorro ate que, temendo-se o dito escravo Sebastião achegada dos vizinhos, que já se dirigião aessa casa, atrahidos pelos gritos de sua esposa dêo uma dentada na face da referida esposa do Supplicante, e lançando mão da coberta com que se envolvia a mesma, conduziu-a consigo, roubando mais um ferro de engômar pertencente ao Supplicante. Por este facto criminoso, quer o Supplicante contra o mesmo escravo Sebastião proceder criminalmente e segundo o caso requer, más não o podendo fazer por seo estado de pobreza (aponto de ãao poder defender quantia alguns com as despesas necessárias do processo) que o torna pessoa miserável, eis vindo documento junto, requer a Vs^a que se sirva, reconhecendo sua miserabilidade de proceder ás diligencias concernentes ao caso prosseguindo-se na interacção do processo por parte do Promotor Público, sem prejuizo, contudo, dos direitos do Supplicante [...]

O Auto de Sumário de Culpa citado refere-se ao crime praticado por escravo na Vila das Minas do Rio das Contas atestando, o fato de que o crime ultrapassa as fugas e insurreições comuns ao século XIX, numa ordem do Império que se constituía como um Brasil de várias gentes, povoado de diversidades, que amplia as dimensões do cotidiano atado ao crime. A Vila das Minas não estava dissociada desse quadro que caracterizava o Império brasileiro, era sim, o reflexo de um império em crise, entre o que sobrou do rompimento com D. Pedro I e o que estava a se construir pela Regência, que catalisava descontentamentos de um governo que se organizava sem levar em conta seus problemas e necessidades, que vão desembocar nas revoltas regenciais.

O Império o Brasil era tenso, e se preocupou apenas com questões externas ligadas à sucessão de Portugal e a Guerra Cisplatina, um império, no seu início, impopular que se perdeu nas soluções dos problemas internos: a precária situação do tesouro público, a desestruturação do comércio inter-regional por conta das lutas pela Independência e o desequilíbrio do comércio externo. Isso tudo amplia a oposição ao Imperador, que deixa de herança para o povo uma regência frágil, com os seus conflitos regionais que se formaram a partir do arcabouço constitucional, gerando um ambiente favorável às revoltas. O segundo Império é nesse contexto

⁸ AMRC – Sumário de Culpa de 26 de Dezembro de 1881, f. 03.

criado para manter a ordem e a integridade do poder monárquico, apesar ainda da fragmentação política da elite, ele será reerguido com o golpe da maioria e só entrará em crise após o fim da Guerra do Paraguai em 1870.⁹

Torna-se, portanto, relativamente fácil para os escravos concluir que a crise econômica e instabilidade política são vias de formação de um espaço ideal para a desorganização social. Essa constatação consistirá “em aproveitar conjunturas favoráveis” para estabelecer acordos. Observamos com essa “flexibilidade” também a ineficiência da Justiça nesta referida vila que já estava em plena decadência econômica e sob as rédeas do Código Criminal de 1832, que em linhas gerais, castigava os pobres e beneficiava os de posses, principalmente no que se refere à manutenção dos castigos corporais aos escravos. Essa conclusão pode ser mais bem avaliada com o auto de sumário de culpa de 18 de Novembro de 1843, citado neste projeto.

As fugas vão definir uma desordem da Justiça, que já não conseguia dar conta de todos os crimes que ocorriam, não só na Minas do Rio das Contas como em suas cercanias. No Sumário de Culpa de 06 de Julho de 1842 “o policial José Francisco Barbosa é acusado de ajudar a fuga ou evasão de presos. José se achava em sentinela e com a chave de uma sela onde se achavam dois presos: Clemente Affonso da Costa e Jozé da Silva Cruz, os dois simularam uma doença e obtiveram de maneira ilegal, a soltura como forma de conseguir a liberdade, e até onde se pode ler nas entrelinhas da documentação, os dois presos subordinaram o Sentinela debaixo das “barbas” da justiça e o caso logo foi arquivado.

Os tipos de crimes que ocorriam na Vila das Minas do Rio das Contas, nos levam a compreender como, através das transgressões, a sociedade resistia à visível crise econômica que absorveu a vila em meados do século XIX, já que a mesma, no século XVIII, reinava na condição de rica comarca produtora de ouro, riqueza “fácil” que faria brilhar os olhos de qualquer um.

Em relação aos crimes por assassinato, o que se percebe é uma prática que nos traz uma questão à tona: o escravo submetido às sandices do seu senhor, às suas raivas e desespero e de sua recente e frágil condição econômica, daquele que tem que conviver com a perspectiva de manter o que tem, e de consumir apenas o estritamente necessário para sua sobrevivência. Um processo crime datado do dia 18 de Novembro de 1843 nos mostra o assassinato de uma escrava por sua dona e pode nos fazer analisar melhor esta prática.

“Clara Maria da Conceição açoitara até a morte a escrava Anna, usando um instrumento contundente na coxa, pescoço e nádegas. A escrava andara fugida dos seus Senhores em Casa de Telha e foi morta por castigos empregados por sua senhora. A escrava, segundo testemunhos,

⁹ NEVES, Lúcia Maria B. P. das e MACHADO, Humberto F. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 108-132.

não era má escrava e já padecia de moléstias gálicas, antes de levar a surra que a levaria a morte”.¹⁰

Percebe-se, nas entrelinhas, que a fuga não houve e o que ocorreu foi a morte por excesso de castigos à escrava que já se encontrava doente acometida de uma sífilis que prejudicava sua eficiência nos trabalhos domésticos, o que fez explodir a ira da sua dona, D. Clara Maria da Conceição.

Os conflitos vão aparecer “vestidos” de crime na Vila das Minas do Rio das Contas, tanto do lado da população escrava inquieta do século XIX, como da elite branca proprietária de terras (com recursos escassos), e é entre essas duas realidades que a criminalidade nas suas mais variadas formas, ganha consistência, principalmente por estar a vila, aproximadamente a partir de 1840, passando por um desgaste populacional, o que comprometeu a mão-de-obra nas propriedades.

Isso nos leva a crer que a crise generalizada atinge a todos, negros forros e escravos, homens livres sem reservas, fazendo crescer a criminalidade como resultado de uma desorganização econômica aliada a uma crise política, características das primeiras décadas do Império brasileiro.

EXPLORAÇÃO AURÍFERA X DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

Como conseqüência de importantes descobertas, o Brasil converteu-se, já no século XVIII, no maior produtor mundial de ouro. Na segunda metade do século XIX, esta produção começou a declinar, ao mesmo tempo em que crescia, vertiginosamente, a produção mundial. A causa deste declínio é geralmente atribuída a problemas técnicos ligados à lavra subterrânea (dificuldades de extração do minério) e ao esgotamento das ricas jazidas e depósitos superficiais então conhecidos.

Como descreve Silvio Fróes de Abreu:

[...] o grande desenvolvimento da mineração do fim do século XVII ao fim do século XVIII foi devido ao estado em que se achava o ouro nas jazidas. Não havia necessidade de processos especiais para obtê-lo, era só apanhá-lo nos cascalhos e nas baixadas ou nas areias dos ribeirões. Havia ouro livre, em pó ou em pepitas, acumulado em grandes quantidades, já criado pela natureza e separado da ganga. Com a mais simples aparelhagem fez-se a mineração naquele século. Era uma verdadeira catagem, que só necessitava do braço humano sem jeito especial ou inteligência amestrada. Esse acúmulo de metal, feito pelas condições naturais durante tempos incontáveis, esgotou-se em menos de dois séculos de exploração intensiva. Quando foi necessário construir galerias, atacar a rocha matriz ou lavar terras de baixo teor, declinou a mineração no Brasil (Abreu, 1973).

¹⁰ AMRC. **Sumário de Culpa de 18 de Novembro de 1843** na Vila das Minas do Rio das Contas f. 2

Paralelo a este esgotamento começa a haver uma estagnação da atividade mercantil, dando espaço para um retorno à produção agrícola.¹¹

Na Bahia, a Vila das Minas do Rio das Contas e Serra de Jacobina inserem-se nesse contexto justamente por caracterizarem-se, no século XVIII, como centros de exploração do ouro na Bahia. A queda da produção aurífera na Bahia é generalizada, atingindo quase todas as vilas que viviam desta atividade econômica, isso ocorre sem, contudo extinguir a exploração do ouro por completo na Bahia, visto que, segundo dados da SGM, ocorre por volta de 1840 a descoberta das minas do Assuruá, em Gentio do Ouro. Em 1858 a criação da Imperial Companhia Metalúrgica do Assuruá que obteve do Governo Imperial uma concessão para exploração do ouro nessa região por um prazo de 30 anos, através do decreto n.º 2.238, de 28/08/1858, a empresa só findará as suas atividades em 1861, em função da seca que acometeu a região nesse período.

Apesar da pobreza que se instalou com o esgotamento do ouro nessas regiões, elas sobreviveram. Esse fato se agravou ainda mais com o intenso fluxo migratório para as lavras diamantinas e as secas periódicas. Muitos enriqueceram com a atividade aurífera nessa região.

Segundo estudos geológicos a mineração de ouro estava associada principalmente a depósitos aluvionares (ouro de aluvião)¹². É preciso levar em consideração, também, que o aspecto pobreza-criminalidade estava associado ao fato de que a mineração não era um empreendimento estável, apesar de alguns proprietários contarem com as suas reservas.

As primeiras descobertas de ouro tiveram lugar nos córregos. Os faiscaidores, a princípio, utilizavam processos primitivos, por não conhecerem outros melhores. Limitaram-se a extrair, por meio de recipientes pequenos, as areias dos córregos separando com as mãos os grãos maiores. Geralmente os métodos adotados inicialmente estavam relacionados à utilização dos pratos de estanho, recipiente usado à mesa, no cotidiano dos garimpos ou das fazendas. Colocava-se neste prato o cascalho de ouro e a água, e, com movimentos rotativos, as substâncias leves se separavam, ficando o ouro depositado no fundo. No início, durante as secas, podia-se catar o cascalho mais facilmente, pois a lama ainda não cobria os sedimentos do leito. Quando as cabeceiras dos rios eram revolvidas a lama passava a cobri-los mais intensamente, aumentando as dificuldades para se atingir o cascalho virgem. O processo de extração do ouro nos rios, muito utilizado pelos negros faiscaidores, era: entrava-se no rio até que a água desse nos joelhos, e, com uma bateia, mergulhava-se e enterrava-se a mesma no cascalho, agitando os seixos soltos, de modo que os mesmos eram levados pela correnteza, enquanto os grãos de ouro

¹¹ MELLO e Souza, Laura de. *Os Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, p.71.

¹² O **aluvião** é um depósito de cascalho que desce das montanhas e se incorpora ao leito dos rios.

se concentram no fundo. Este foi, e é ainda hoje, um procedimento muito usado nas áreas de garimpo. Talvez o mais comum, mais cansativo e penoso. Nos aluviões e encostas das serras o procedimento mais comumente utilizado era a canoa, onde se levava a água ao ponto mais elevado construindo-se um rego de uma légua de extensão. Represava-se água suficiente, soltando a mesma aos poucos, para arrastar e lavar a terra, que era retirada pelas ponteiras de ferro. A terra rica desagregada era arrastada pela água, que vinha do alto, juntando-se ao material em um canal no pé do morro. Quando o canal estava cheio, a terra estéril era arrastada, e o material mais pesado depositava-se ao fundo, de onde seria retirado para as canoas. Esse método necessitava um número maior de escravos, mas era construído em pouco mais de uma hora. A catagem com as bateias, prato de estanho e carumbés¹³ e as canoas foram os métodos mais utilizados na exploração do ouro na Bahia.

Durante o século XIX, período de decadência do ouro, tornou-se necessário procurar meios mais práticos para a extração. Mais uma vez os escravos foram importantes no processo de construção de canoas imperfeitas usadas pelos faiscaidores pobres. Cavando-se nas margens dos rios uma fossa retangular de cinco a sete palmos de comprimento cujo fundo é inclinado na direção da correnteza, abre-se um lado da fossa e deixa a água correr, represando então o cascalho, que é lavado e depositado perto da canoa. O cascalho é puxado para a cabeceira da canoa com um almocafre¹⁴. A água cai no cascalho que vai para o fundo da canoa. Depois de repetir o processo por várias vezes, consegue-se retirar a lama argilosa, restando do monte somente a areia com o ouro depositado. O material rico era comumente chamado pelos escravos do garimpo como *cabeceira dos panos*, massa que se concentra na parte superior da bica.

Segundo Farias (2000), o naturalista Domingos Vandelli escreveu em suas memórias, datadas da segunda metade do século XIX, os diversos métodos empregados na extração e purificação do ouro empregados até aquela época, alguns dos quais talvez fossem menos prejudiciais, do ponto de vista ambiental, do que os atualmente estudados. Vandelli ainda criticou a falta de conhecimentos mineralógicos das pessoas envolvidas na exploração das minas de ouro do Brasil e os métodos utilizados pela casa da moeda para distinguir e purificar o ouro.

Para aproveitar todo o ouro, que pelas lavagens não se separa da areia, ou dos fragmentos quartzosos, ou dos cristais, não podendo servir-se do mercúrio, como usam os Castelhanos, é menos dispendioso, e mais útil, fazer-se uso da fusão.

Querendo extrair-se o ouro intimamente unido às partículas de areia ou do quartzo, é necessário por em braza as ditas areias, a apagá-las na água, e fazer isto por três ou quatro vezes. Misturam-se a 16 partes desta areia calcinada, 4 partes de álcali extraído das cinzas de árvores, 3 partes de carvão, e 32 partes de litargirio (PbO). Funde-se esta mistura mexendo algumas vezes com uma vara de ferro. Resfriada esta matéria, e separadas as

¹³ Recipientes menores que as bateias e menos fundos.

¹⁴ Sacho de ponta usado na mineração

escórias, se acha no fundo o chumbo que contém o ouro, o qual se deve copelar, e fazer a partiças para separar a prata, com água forte (HNO₃), ou água régia. (Vandelli, 1898).

O Brasil Colônia, e mesmo durante o império, serviu como território para a extração de bens minerais que se dirigiam para a Europa. Tinha o papel definido de fornecedor de matérias primas. Nesta época existiam leis que proibiam a instalação de indústrias no país, a fim de evitar concorrências com o mercado português, e, principalmente, do país que a dominava, a Inglaterra (Sciliar, 1996).

A partir da vinda de D. João VI, em 1808, a política do reino em relação à colônia modificou-se, e o rei começou a apoiar a construção de usinas siderúrgicas e indústrias no país.

Para que se possa avaliar melhor essa situação do ouro na Bahia no século XIX observemos o quadro abaixo:

EMPRESAS DE MINERAÇÃO DE OURO NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Ano da Fundação	Ano da Paralisação	Nome da Empresa	Origem do Capital
1819	18....	Sociedade Mineralógica de Passagem	• Brasil
1824	1856	Imperial Brazilian Mining Association	Inglaterra
1830	1960	Saint John D'El Rey Mining Compagny Limited	Inglaterra
1832	1844	Brazilian Company	Inglaterra
1832	1844	National Brazilian Mining Association	Inglaterra
1840	18...	Companhia São José dos Cariris	Brasil
1844	18....	The Candonga Gold Mining	Inglaterra
1857	18...	Montes Áureos Brazilian Gold Mining	Inglaterra
1858	1861	Imperial Companhia Metalúrgica do Assuruá	• Brasil
1861	1875	East D'El Rey Mining Company Limited	Inglaterra
1862	1873	D. Pedro North D'El Rey Gold Mining Company Limited	Inglaterra
1862	1885	Santa Bárbara Gold Mining Company Limited	Inglaterra
1863	1875	Anglo Brazilian Gold Mining Company Limited	Inglaterra
1864	1865	Roça Grande Brazilian Gold Mining Company Limited	Inglaterra
1873	1875	Brasilian Consols Gold Mining Company Limited	Inglaterra

1874	18...	Associação Brasileira de Mineração	Brasil
1876	1887	Pitangui Gold Mining Company Limited	Inglaterra
1878	18...	Empresa de Mineração Município de Tiradentes	Brasil
1880	1887	Brazilian Gold Mining Company Limited	Inglaterra
1880	1897	Companhia Minas de Jacobina	Brasil
1881	1887	Empresa Exploradora de Ouro das Minas do Assuruá	Brasil
1883	1913	São Bento Gold Mines Company	Inglaterra
1884	1928	The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited	França
1884	18...	The Ouro Preto Golden Mining of Brazil	Inglaterra
1890	1893	Companhia de Mineração Furquim	Brasil
1890	1893	Societé dês Mines D' Or Faria	França
1891	1893	Campanhia de Minas de Ouro Falla	Brasil
1891	18...	Campanhia Mineralúrgica Brasileira	Brasil
1892	1893	Companhia Aurífera de Minas Gerais	Brasil
1892	18...	Empresa de Mineração de Caeté	Brasil
1893	18...	Companhia Brasileira Salit Terras Colonização	Brasil
1897	1905	São Bento Gold States Limited	Inglaterra
1899	19...	Anglo French Gold Mining Company	Fraca e Inglaterra

Fonte: Guimarães, Brandão, Guimarães, 1981.

Através da análise do quadro, fica bem claro a importância e o potencial do Brasil. Diversas empresas estrangeiras vieram extrair o ouro brasileiro, e como consequência temos o esgotamento das lavras superficiais, bem como a introdução, por estas empresas, de técnicas mais avançadas, visando a extração do minério em sub-superfície. Paralelamente a atividade garimpeira torna-se marginalizada, o que ocorre até hoje. Como consequência, temos um aumento da degradação ambiental.

Martins e Brito (1989) destacam a variação da quantidade de ouro produzida antes e depois da introdução das novas técnicas. Por exemplo, na mina de Morro Velho a produção passou de 111,4 g para 446 g por trabalhador.

A partir de 1860 outro ciclo de investimentos ingleses tiveram início no Brasil e novas empresas de mineração foram criadas. Porém, com a descoberta dos grandes depósitos de ouro, principalmente na África, os investimentos cessaram definitivamente. Somente algumas empresas instaladas aqui sobreviveram, como a St. John Del Rey Gold Mining Co. (Morro Velho – Quadrilátero Ferrífero) (Sciliar,1996).

Dentre as mudanças tecnológicas que provocaram fortes impactos nas práticas utilizadas tradicionalmente para a extração do minério destacam-se: o emprego da pólvora (e posteriormente a dinamite), a amalgamação por mercúrio e a utilização de força hidráulica nas operações de drenagem, ventilação e transporte do minério (vagonetes e caçambas movidos por roda d'água) (Martins e Brito, 1989).

No Brasil do século XIX, contudo, a utilização do mercúrio era limitada, em função da escassez do minério e do alto custo do mesmo, o que levava à procura de formas alternativas para a purificação do ouro encontrado.

Historicamente fica muito bem delineado os impactos ambientais advindos com os avanços tecnológicos, principalmente no tocante a extração mineral. Apesar da importância, tanto para o homem quanto para a indústria, os bens minerais devem ser extraídos da natureza de forma a agredi-la o mínimo possível. É necessário, portanto, uma análise das relações de custo-benefício, sociais e ambientais nos locais de lavras. Além das cicatrizes deixadas no terreno com a retirada do minério, as atividades mineradoras produzem uma quantidade muito grande de rejeitos e efluentes que são jogados nos rios e encostas. Vale ressaltar que estas preocupações de cunho ambiental só vieram a aparecer a partir de 1970, e políticas públicas, no Brasil e no mundo, vieram a ser estabelecidas.

A VILA DAS MINAS DO RIO DAS CONTAS, AS POLÍTICAS ECONÔMICAS DO IMPÉRIO BRASILEIRO E AS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE AS REGIÕES.

Ao longo dos séculos viu-se a capital baiana e sua "*hinterlândia*"¹⁵ como referencial único da Bahia. Tal referência foi reforçada por uma historiografia comprometida em sobressaltar a sua estrutura socio-política-econômica e cultural marginalizando, desta forma as especificidades regionais.

A partir dos estudos sobre história regional, pôde-se perceber que a Bahia não é só Salvador, mas apresenta-se multifacetada em todas as suas estruturas. Vale dizer, portanto, que a identidade regional e suas especificidades torna-se uma possibilidade de estudos a cerca de toda uma variedade da dinâmica das regiões que integram essa mesma Bahia, o que a torna diversa, logo enriquecedora. As dificuldades de comunicação em fins do século XVIII e parte do século XIX provocaram quase que um isolamento das regiões.

Entre 1855 e 1860 realizou-se o primeiro cadastramento imobiliário do domínio privado

¹⁵ Vocabulário inserido na historiografia baiana por Kátia Mattoso para designar as relações de comércio entre as várias regiões da Bahia, no seu texto Bahia, século XIX.

*no Brasil, determinado pela Lei Imperial nº 601, de 18 de Setembro de 1850, conhecida como Lei das Terras.*¹⁶

No século XIX o império possibilitou a integração dessas regiões através da criação de estradas que foram fundamentais para as rotas de comércio do sertão baiano e, por sua vez, com as demais regiões articulando assim uma dinâmica espacial que não corresponde a atual integrando, por exemplo, o Norte de Minas com a Bahia.

A capacidade do homem de se adaptar ao meio atrelada a iniciativa imperial vem justificar a construção de uma economia própria subsidiada por um suporte cultural próprio, e nesta, podemos destacar a Vila das Minas do Rio das Contas.

No Alto Sertão e Sertão da Ressaca observa-se uma sociedade a partir "das especificidades das estruturas produtivas, fluxo de comércio e coexistência com secas periódicas, algumas catastróficas numa permanente alternância de abundância e escassez".¹⁷

Suas características basicamente são pontuadas entre outras pelos seguintes aspectos: o surgimento dos minifúndios (sesmarias), a policultura, criação de animais, relações de poder fundamentadas na ordem jurídico-política determinada pela metrópole lusitana e múltiplas relações de trabalho. Estas características vão definir o Sertão dentro destas particularidades com região que está articulada com a dinâmica sócio-política e econômica do Estado. Por outro lado, as regiões litorâneas articuladas entre si, e tendo Salvador como centro, não era apenas marcada pela monocultura agro-exportadora de base escravista que constituía o grande suporte da economia nacional, mas também: "um grande entreposto dos produtos de suas diversas comarcas e das províncias vizinhas".¹⁸

O Recôncavo, portanto, como grande porto ao mesmo tempo em que subsidiava a capital baiana com os seus produtos cumpria o seu papel de complementar a estrutura econômica local. Por se constituir um dos mais ricos e movimentados mercados da América Meridional, esta região atraiu o interesse dos centros do capital mundial da época, estando o seu comércio durante muito tempo nas mãos de algumas casas inglesas.

As decorrências diretas dos níveis de riqueza que aí circulavam fizeram surgir uma sociedade contraditória, na medida em que a estrutura da vida social esteve marcada por esta opulência (ricas igrejas, colégios, hospitais, etc,...), que convivia com a escravidão e a miséria das populações afro-brasileiras contrapostas pela riqueza cultural que determinou o "modus vivendi" do local.

A partir da percepção desta multiplicidade devemos entender que dentre os caminhos que a

¹⁶ Neves p.14

¹⁷ Neves p.19

¹⁸ Dorbgny, 1976.

historiografia nos aponta, ressalta-se a necessidade de recorreremos aos estudos históricos locais e regionais buscando as variáveis mais relevantes para a compreensão da formação da sociedade baiana e brasileira. No entanto é preciso ter em conta que a utilização da história local não deve ser entendida como algo estanque, desfocada de um contexto resultando, assim, numa *colcha de retalhos* que não dê conta da compreensão da dinâmica geral.

Segundo NEVES:

*a multiplicação de histórias de comunidades- que estudem a inserção do homem no meio físico, articulações sociais, estruturas produtivas, circuitos comerciais, geografia dos poderes, manifestações culturais - possibilitará análises mais abrangentes e aprofundadas do conjunto multifacetário da história nacional.*¹⁹

O Rio de Janeiro vai, neste momento, representar o centro político, cultural e econômico do território nacional: um eixo civilizador da nação brasileira. O escravismo no século XIX assume a extravagância que é característica fundamental do desajuste entre a sociedade brasileira e suas tentativas em adotar um comportamento europeu. A capital do Império simbolizava o "caos" da antiurbanidade de modo que, sendo assim, aglutinou para si as maiores transformações em vários setores, enquanto que o norte (o conceito de nordeste ainda não existia) em crise, provava as desigualdades regionais, segundo Eduardo Silva (1998):

A crise torna-se claramente perceptível, na Bahia, depois da fase mais brilhante de expansão da agroindústria açucareira, que se estendeu da segunda metade do século XVIII até o início da década de 1820. Segue-se a partir daí, o declínio dos produtos tradicionais do Nordeste_ açúcar, tabaco e algodão, paulatinamente incapazes de responder satisfatoriamente aos rigores do mercado internacional.[...]

Além da crise econômica, é preciso levar em conta a peste. Em 1850 as más condições sanitárias da cidade (Salvador) dão lugar ao primeiro grande surto de febre amarela, transmitida por tripulantes de um brigue de bandeira norte-americana, com mais de três mil mortos.

*Em 1855 ocorre a chegada do cólera morbus na capital baiana. Essas epidemias apareceram por diversas vezes durante toda a segunda metade do século XIX na Bahia, atingindo inclusive o interior*²⁰

O mercado ou centro econômico no século XVIII, aquele movido a ouro, baseava-se no polígono mineiro composto por Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Este mesmo polígono movimentava economicamente o mercado com a compra de bens de consumo. Basta lembramos que o século XIX é marcado por uma intensificação do comércio interno de escravos, tanto na Bahia quanto no Rio de Janeiro e as mulas e o gado nas estâncias gaúchas.

¹⁹ NEVES, Erivado Fagundes. 1998, p.14

²⁰ DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: epidemia na Bahia no século XIX*. Salvador: EDUFBA, 1995.

CONDIÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DA VILA DAS MINAS DO RIO DAS CONTAS NO SÉCULO XIX:

A falta de possibilidades de se redirecionar o eixo econômico do ouro forçou uma decadência na Vila das Minas em meados do século XIX, caracterizada pela fraqueza da atividade mercantil e consumo de bens. Além do esgotamento aurífero, devemos levar em conta a migração para as Lavras Diamantinas. As correntes migratórias vão determinar as diferenças culturais e sociais, com gente que vinha de Goiás, do Alto Sertão e do Vale do São Francisco, e por outro lado, temos que perceber que os interesses da Corôa eram outros: o intenso comércio do Recôncavo. Essas divergências culminarão na "Guerra do Mata Maroto" na vila das Minas do Rio das Contas que contou com a intervenção das tropas de Salvador em 1843. É seguindo esse curso que podemos afirmar que o movimento populacional foi intenso, nesse período, para a região de Lençóis, deslocando um contingente grande de mão-de-obra e consumidores.

Nas áreas onde a seca estava presente, a pobreza era ainda maior, segundo SILVA²¹:

[...] a fazenda da Lagoa de Nossa Senhora da Ajuda, entre Caetité e a Vila do Rio de Contas, 'uma das maiores propriedades do sertão', onde Spix e Martius puderam contar mais de cento e sessenta escravos; ou, já no Rio de Contas, a fazenda da Casa de Telha _sendo as coberturas desse tipo um luxo notável na região_, 'vasta fazenda' com grandes plantações de algodão nas matas de caatinga. Os proprietários dessas fazendas maiores eram quase sempre absenteístas, vivendo às vezes 'com incrível aparato' em centros mais civilizados e confiando a administração de suas terras, segundo os viajantes, 'a um mulato'. Nas áreas mais secas, as fazendas eram ainda mais pobres, 'muito espaçadas' umas das outras e, geralmente, em torno não exatamente de fontes de água potável, mas 'de uma poças ou péssimas cisternas', conhecidas na região como cacimbas.

Isso vai nos dar uma idéia das condições de vida e sobrevivência que reinavam no Alto Sertão da Bahia, principalmente nas fazendas de Pau de Espinho ou Brejo Seco (Brumado).

Os viajantes deram aos historiadores um relato documental da situação da região no período. É certo que alguns proprietários possuíam as suas reservas, que não eram grandes, mas que haviam sido adquiridas na época em que o ouro era moeda corrente, mas muitos viviam com o básico para a sua sobrevivência, sofrendo com a periodicidade das secas, é tanto que o aspecto físico e geográfico dará nomes as propriedades, no caso de Pau de Espinho, proximidades da Vila das Minas, e Brejo Seco. Serão, portanto, poucas e pequenas as que se dedicarão a agricultura de subsistência.

A criminalidade se assentará na Vila das Minas do Rio das Contas e arredores, muito em

²¹ SILVA, Eduardo. *Dom Obá II D'Áfirca, o príncipe do povo: Vida, Tempo e Pensamento de um homem Livre de Cor.*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 27-33.

função deste quadro social de intensa falta de perspectivas. Era inviável gerar maiores recursos devido às quedas de produção aurífera, aos movimentos migratórios para a região de Lençóis, Andaraí e Mucugê e as secas que acometeram a região por volta de 1860.

Segundo Erivaldo Fagundes " também no mês de Abril de 1860, padre José Timóteo da Silva, pároco encomendado de Morro do fogo, município de Rio de Contas, depois de descrever a 'miséria e a desolação' causada 'pela fome', que 'ceifava' grande parte dos seus paroquianos, propôs ao presidente da Província constituir, como ocorria em outras localidades flageladas, 'uma comissão para socorro dos necessitados'... Passando pela Bahia em 1860, o Imperador D. Pedro II doou cinco contos de réis para a assistência aos sertanejos famintos, distribuídos na 'rica' Chapada Diamantina: _ Mucugê, um conto e 600 mil réis, _Andaraí, 800 mil-réis, Lençóis, um conto e 800 mil-réis, _ Rio de Contas, 800 mil-réis."

O quadro social no século XIX, não só na Bahia, como também nos centros econômicos do Sudeste, é caracteristicamente complexo, a sociedade vai estar caminhando em direção à uma urbanidade ou criminalidade; a urbanidade se falarmos nos rumos do comércio brasileiro, na institucionalização do Império e na ordem privada escravista; e na criminalidade, se falarmos das áreas de mineração no Alto Sertão da Bahia, composto por uma "população perigosa" e flutuante de homens de aluguel conhecidos por "valentões" ou "jagunços", que compunham a população oprimida e sem perspectivas no sertão baiano à essa época, a executarem o trabalho "sujo" dos latifundiários.

Sem sombra de dúvidas, essas áreas descritas por Spix e Martius em "Viagem pelo Brasil", vão se caracterizar não pelo progresso econômico, mas pela ausência de lei e ordem, que só vai ser amenizada com a criação das leis do Império, o Código Civil de 1832 por decisão da Assembléia Constituinte do ano de 1823, sendo o primeiro código do Império a substituir o direito colonial e eliminar punições excessivas e poder arbitrário do Estado, ficando em vigor por 60 anos. O Código Civil de 1832 previa como penalidades perda e suspensão de emprego, multas, desterro, degredo, banimento, prisão simples, prisão com trabalho, galés e morte, inaugurando um período novo para o direito penal no Brasil. Nessa nova estrutura penal, os escravos eram os mais atingidos, pois a lei reservou para eles a preservação dos castigos corporais pelos senhores, sem que estes os levem à morte.

No tocante à exploração de riquezas naturais, em 1845, o presidente da Província da Bahia, o barão de Caçapava, dava como ilegal a extração de pedras preciosas na Lavras Diamantinas, o que nos leva novamente à migração para Lençóis, que segundo alguns historiadores, foi intensa e desarrumada e atraiu aventureiros de todas as partes da Bahia, de várias classes e ofícios, pressupõe-se aí a desordem social presente em Lençóis, aproximadamente a partir de 1850. Importante salientar que esse movimento migratório desencadeará uma história de divergências

políticas que dará, em aproximadamente 80 anos, origem aos poderes regionais configurados no "coronelismo".

REFERENCIAS

- ABREU, S.F. 1973. *Recursos minerais do Brasil*. São Paulo: E. Blücher
- AGUIAR, D. V. *Descrições Práticas da Província da Bahia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Cátedra, 319p. 1979.
- CARDOSO, C. F. S. e VAINFAS, Ronaldo. *Os domínios da História*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 528p. 1990.
- CHALOUB, Sídney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.
- CHAVES, Cleide de Lima. *De um porto a outro: a Bahia e o Prata (1850-1889)*. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.
- COSTA, Emília V. da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7 ed. - São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: epidemia na Bahia no século XIX*. Salvador: EdUFBA, 1995.
- DORBIGINY, A. *Viagem Pitoresca Através do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia. São Paulo, p. 103, 1976.
- ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von, 1777-1855. *Pluto brasilienses/ W.L von Eschwege*; tradução Domício de Figueiredo Murta. Belo Horizonte: ed. Itatiaia; São Paulo: ed. Universidade de São Paulo, 1979. (Reconquista do Brasil; v. 58-59).
- FIGUEIREDO, L. *O Avesso da Memória: Cotidiano e Trabalho da Mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, ed. UNB, 1993.
- FIGUEIREDO, L. R. de A. *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no Século XVIII*. São Paulo: ed. Hucitec, 1997.
- GURFFIELD, M. *Estrutura das Classes e Poder Político no Brasil Colonial*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba. P.75, 1983.
- HOBSBAWM, E. *Sobre História*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 3ª ed., 1999.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 5ª ed. São Paulo, 1991.
- LANGLOIS, C. e SEIGNOBOS C. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Ed. Nova Renascença, 1994.
- LE GOFF, J. e NORA P. *História: Novos Problemas*. 3ª ed. São Paulo: Francisco Alves Editora S. A, 1998.
- MARTINS, R. e BRITO, O. E. A. *História da Mineração no Brasil*. São Paulo: Emp. Das Artes, 1989.
- MATTOSO, K. *Bahia - Século XIX: Uma Província no Império*. Rio de Janeiro:Ed. Nova Fronteira, 1992.
- MATTOSO, K. Q. *Ser escravo no Brasil*. 2ª ed. São Paulo:Ed. Brasiliense, 256p. 1988.
- NEVES, E. F. *Da Sesmaria ao Minifúndio (Um Estudo da História Regional e Local)*, Salvador:

Editora da Universidade Federal da Bahia, 1ª Ed., pág.331, 1998.

NEVES, Lúcia M^a Bastos P. das e MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NOVAIS, F. A. e SOUZA L. de M.e. *História da Vida Privada no Brasil: vida privada e ordem privada no Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 3ª reimpressão. Capítulo 01 por Luiz Felipe de Alencastro, p. 11-92, 1997.

OLIVEIRA, Waldir F. *A Crise da Economia açucareira do Recôncavo na Segunda Metade do Século XIX*. Salvador: FCJA; UFBA-Centro de Estudos Baianos, 1999.

PAES, Jurema M. *Tropas e Tropicadores na primeira metade do século XIX no Alto Sertão Baiano*. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Mestrado em História Social da UFBA, Salvador 2001.

PONTE NETO, Oséas. *Panorama do Ouro na Bahia*. Salvador: Superintendência de Geologia e Recursos Minerais, 104p. il., 1998.

REIS, J. J. e SILVA E. *Conflito e Negociação: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª reimpressão, p.22-143, 1989.

REIS, J. J. *Rebelião Escrava no Brasil: A história do levante dos Malês (1835)*. 2 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 287 p. 1987.

SCILIAR, C. *Geopolítica das Minas do Brasil – A Importância da Mineração para a Sociedade*. Rio de Janeiro; Ed. Revan, 1996.

VANDELLI, D. *Sobre as minas de ouro do Brasil*. Annaes da Bibliotheca Nacional, volume XX, pág. 266, Rio de Janeiro, 1898.